



Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

www.redenergia.com

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (Companhia ou CELPA) é uma sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da empresa QMRA Participações S.A., que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.690 km² (*), atendendo 1.666.661 (*) consumidores em 143 (*) municípios; tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.
(*) Informações não auditadas.

2. DAS CONCESSÕES

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/98, assinado em 28/07/1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28/7/2008, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração nº 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período, com as seguintes características:

	Capacidade instalada MW (*)	Capacidade utilizada MW (*)	Data da concessão	Data de vencimento
UTE				
Concessão de 11 Usinas Termelétricas próprias e 23 terceirizadas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 5 MW: Santana do Araguaia, Breves, Portel, Alenquer, Juruti, Monte Alegre e Oriximiná.	96,48	65,74	28/7/1998	28/7/2028

O Contrato de concessão assinado com a União Federal contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens ao final da concessão. Para tanto, os referidos bens são depreciados de acordo com as taxas determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A geração própria de energia elétrica da Companhia representa aproximadamente 6,24%, (*) da energia distribuída, sendo a parcela remanescente fornecida substancialmente pela ELETRONORTE, bem como energia proveniente de leilões de energia efetuados pelo MME.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões acima mencionadas, a Companhia possui um quadro próprio de 2.125 (*) funcionários, 2.041 (*) prestadores de serviços e 27 (*) estagiários, em 31/12/2009.

(*) Informações não auditadas.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.722, da SFEF/ANEEL, de 18/12/2009.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 31/12/2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638 de 28/12/2007 e pela Medida Provisória nº 449 de 3/12/2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27/5/2009.

Ajustes retrospectivos

Em atendimento a Deliberação CVM nº 506 de 19/6/2009, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, efetuamos ajustes retrospectivos nas demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31/12/2008.

Conforme nota explicativa nº 28, em 2008 foi homologado acordo judicial para pagamento retroativo de Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), no valor de R\$ 75.000. A seguir apresentamos os efeitos nas demonstrações financeiras:

	Nota	Ajustes	Ajustado	Publicado
Ativo				
Impostos e contribuições sociais diferidos ..	9.1	25.500	137.967	112.467
Total do realizável a longo prazo		25.500	1.016.587	991.087
Total do ativo não circulante		25.500	3.057.477	3.031.977
Total do ativo		25.500	3.752.690	3.727.190
Passivo				
Impostos e contribuições sociais diferidos ..	9.2	378	19.678	19.300
Indenizações trabalhistas	28	17.638	89.595	71.957
Total do passivo circulante		18.016	920.081	902.065
Impostos e contribuições sociais diferidos ..	9.2	3.155	7.687	4.532
Indenizações trabalhistas	28	46.971	208.682	161.711
Total do passivo não circulante		50.126	1.765.884	1.715.758
Reserva de lucro		(42.642)	54.858	97.500
Patrimônio líquido		(42.642)	1.066.725	1.109.367
Total do passivo		25.500	3.752.690	3.727.190

	Nota	Ajustes	Ajustado	Publicado
Resultado				
Pessoal		(75.000)	(131.350)	(56.350)
Custo de operação		(75.000)	(410.308)	(335.308)
Ajuste a valor presente		10.391	18.462	8.071
Receitas financeiras		10.391	217.190	206.799
Resultado financeiro		10.391	(103.830)	(114.221)
Resultado operacional		(64.609)	3.796	68.405
Imposto e contribuição social diferido		21.967	20.868	(1.099)
Total imposto e contribuição social		21.967	(7.671)	(29.638)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício ...		(42.642)	(3.875)	38.767
Lucro (prejuízo) líquido por ações		(0,67)	(0,06)	0,61

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Ajustes a valor presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas "Consumidores", "Impostos e Contribuições a Compensar" e "Indenizações Trabalhistas". Para o desconto a valor presente utilizou-se a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) do setor elétrico, definida pela ANEEL, para remunerar o capital das distribuidoras de energia elétrica.

Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários: são registrados ao valor de custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras. A Companhia procedeu ao cálculo do valor justo em 2008 e 2009 das aplicações financeiras com base nas taxas de mercado nas respectivas datas, apurando o valor de mercado aproximado ao valor contabilizado.

Consumidores: incluem o fornecimento de energia elétrica, faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica, conforme montantes disponibilizados pela CCEE e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas, registrados de acordo com o regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: constituída por montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Estoque (inclusive do ativo imobilizado): os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo não circulante - imobilizado (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Ativos e passivos regulatórios: referem-se a valores realizáveis ou exigíveis, em decorrência do contrato de concessão, que tem por objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. No circulante encontram-se registrados os valores já homologados e considerados na tarifa de energia elétrica pela ANEEL em revisões ou reajustes tarifários, que serão amortizados conforme legislação em vigor, corrigidos pela SELIC/BACEN ou IGP-M. No não circulante encontram-se registrados os valores apurados a serem submetidos para posterior homologação da ANEEL na data da próxima revisão ou reajuste tarifário. Os valores contabilizados são registrados tendo sua contrapartida no resultado da Companhia.

Investimentos: o saldo remanescente refere-se a bens destinados a uso futuro, como terrenos, edificações, obras civis, máquinas e equipamentos não incluídos no processo de desverticalização da Companhia.

Intangível: inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade, como softwares e servidões de passagem. Estes ativos intangíveis serão amortizados somente caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados como de vida útil indefinida, sendo assim sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica no mínimo anualmente.

Imobilizado: inclui os itens que se referem a bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, os riscos e o controle dos bens. Está registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31/12/1995 e reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, às taxas médias anuais de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 240 de 5/12/2006. Os ativos imobilizados têm o seu valor testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor conforme requerido pela Deliberação CVM nº 527/2007. Nos anos de 2008 e de 2009 o ativo imobilizado foi submetido a teste de recuperabilidade.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Arrendamento mercantil: os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo da Companhia e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

Redução do valor recuperável dos ativos: os ativos imobilizados da Companhia são avaliados anualmente com o objetivo de identificar possíveis evidências, eventos ou alterações que indiquem a possibilidade de valor não recuperável. Em havendo perdas, as mesmas são reconhecidas pela diferença entre o valor contábil e o recuperável.